



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

Proposição
MP 703/2015

Autor
Deputado Raul Jungmann (PPS/PE)

nº do prontuário

1.()	2.()	3.(x)	4.()	5.()
Supressiva	substitutiva	modificativa	aditiva	Substitutivo global

Dê-se ao § 14 do artigo 16 da Lei nº 12.846, de 2013, com redação alterada pelo artigo 1º da MPV 703, de 2015, a seguinte redação:

“§14. É vedada a celebração de acordo de leniência em outras esferas de responsabilização no curso de investigação na esfera criminal que tenha relação, ainda que indiretamente, com o mesmo ato ou fato previsto nesta Lei, salvo nas hipóteses de acordo celebrado no âmbito de processo presidido pelo Ministério Público.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A referida Medida Provisória tem por objetivo alterar a Lei nº 12.846, de 2013 - conhecida como Lei Anticorrupção - para dispor sobre Acordos de Leniência.

Acordo de Leniência é aquele em que a pessoa jurídica (empresa) é responsabilizada objetivamente, nas esferas administrativa e civil, pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira e se compromete a auxiliar na investigação desses delitos. Em troca, pode receber benefícios, como redução de pena e até isenção do pagamento de multa.

A redação dada ao § 14 do artigo 16 da Lei nº 12.846, de 2013, pela MPV nº 703, de 2015, não confere a segurança jurídica necessária a acordos de leniência com as repercussões pretendidas.



CD/16240.60599-77

O arcabouço normativo brasileiro voltado para a prevenção e o combate à corrupção, nas diversas esferas autônomas de responsabilização (administrativa, de controle externo, civil e criminal), reflete a existência de um verdadeiro microssistema anticorrupção.

Assim é que um único ato ou fato pode deflagrar a instauração de processos em diversas esferas de responsabilidade autônomas, possibilitando a aplicação de sanções administrativas, de controle externo, cíveis e criminais, muitas delas com repercussões no plano eleitoral em razão da Lei da Ficha Limpa, sem que se incorra na vedação do *bis in idem*.

Há que se reconhecer, todavia, que a esfera de responsabilização penal, mais gravosa e mais antiga, é preponderante em relação às demais esferas, pois é a única, pelo sistema jurídico brasileiro, que pode interferir nas demais instâncias.

Dito em outras palavras, a independência entre as instâncias de responsabilização não é absoluta, sendo que a esfera penal, em caráter excepcional, poderá interferir nas demais, quando houver absolvição com fundamento na inexistência do fato ou na negativa de autoria, conforme previsto no Código de Processo Penal (artigo 386, I e IV). Nestas duas hipóteses de absolvição, a instância penal terá repercussão direta nas esferas administrativa e civil, isentando o agente de suas outras responsabilidades.

Dessa forma, não é razoável que a empresa celebre um acordo de leniência na esfera administrativa ou na esfera cível por todos os Colegitimados quando houver investigação penal em curso, uma vez que este acordo pode embaraçar o avanço da persecução penal ou **pode prejudicar a própria empresa que celebrar o acordo, já que, sendo a conclusão da investigação pela inexistência de fato ou negativa de autoria, reconhecida pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, não há sequer que falar em responsabilização administrativa ou cível.**

Merece anotação que o sistema jurídico brasileiro prevê precaução similar, obstando a celebração de acordos de leniência na esfera administrativa quando houver procedimento de investigação já instaurado. É o que se dá na regulamentação do tema, no Sistema Nacional de Defesa da Concorrência, disciplinado pelo artigo 86 da Lei nº 12.529, de 2011 ('Lei do CADE').

Na hipótese de haver investigação criminal em curso, cujas informações poderão inclusive ser protegidas pelo sigilo, o Ministério Público é o órgão legitimado a celebrar o acordo com a plena condição de avaliar se as provas existentes são ou não suficientes para assegurar a condenação da pessoa física com repercussões para as empresas nos casos previstos em lei específica, notadamente na Lei de Improbidade Administrativa.

Todavia, é importante que o Ministério Público, que detém a competência constitucional privativa de promover a ação penal (artigo 129, inciso I), dispondo de informações auferidas no âmbito desta esfera, possa celebrar acordo de leniência na esfera cível caso haja proposta das empresas

infradoras no sentido de colaborar com as investigações visando ao alcance de benefícios previstos na Lei Anticorrupção e demais leis específicas.

Desse modo, necessário incluir previsão no artigo 16 que reconheça esse aspecto peculiar da esfera penal, para que não seja prejudicada a investigação em curso e que as empresas infradoras disponham de maior segurança jurídica por ocasião da celebração dos acordos.

Sala da Comissão, em 2 de fevereiro de 2016.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE

